



PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

ESTATUTO

TÍTULO I - das disposições preliminares Capítulo Único

Art.1º - O Partido da Mobilização Nacional, PMN, iniciado como movimento nacionalista em 21 de abril de 1984, obtendo registro definitivo por decisão unânime do E. Tribunal Superior Eleitoral, em 25 de outubro de 1990, é pessoa jurídica de direito privado, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, entidade de âmbito nacional, congrega cidadãos de ambos os sexos, sem restrições de qualquer ordem, que estejam no gozo de seus direitos políticos e civis, que aceitem e defendam as teses da Mobilização Nacional. Art.2º O Partido da Mobilização Nacional, como instrumento de representação política, orientar-se-á por seu manifesto, seu programa e seus estatutos e demais diretrizes de ação política, social e econômica, de conteúdo nacional, democrático e socialista, devidamente aprovados por sua convenção nacional. Art.3º. O Partido da Mobilização Nacional, tem como patrono, TI-RADENTES, e adota: como sigla - P M N, como número - 33, como hino - o da Independência; como símbolos: as cores branco, vermelho e preto; a expressão "A Legenda da Soberania" a Bandeira de cor branca, com triângulo equilátero, vermelho ao centro, vasado o número 33, com a inscrição PMN em preto, na base inferior externa do polígono. TÍTULO II - do filiados CAPÍTULO I da filiação Art.4º. São filiados do PMN, os brasileiros e os legalmente equiparados, regularmente inscritos nos registros dos órgãos partidários. § Primeiro - A filiação é feita perante a direção municipal, em fichas individuais padronizadas, em três (3) vias, devendo a primeira ser remetida à secretaria estadual do partido, a segunda ser arquivada na secretaria municipal e a terceira entregue ao inscrito. § Segundo - O filiados mediante solicitação e pagamento da respectiva taxa, receberá carteira de identificação de filiação emitida pela direção nacional. § Terceiro - Nas datas fixadas e na forma da legislação em vigor, a direção municipal remeterá à Justiça Eleitoral, a relação de seus filiados, com cópia à direção estadual. § Quarto - a filiação poderá ser feita, também, perante as executivas estadual ou nacional. § Quinto - Qualquer membro do PMN poderá, no prazo de cinco (5) dias, a contar da fixação, na secretaria correspondente, da lista de pretendentes à filiação, impugnar, por escrito, o pedido de inscrição, notificando-se o impugnado para, em igual prazo, apresentar defesa. § Sexto - A impugnação só poderá ser conhecida pela executiva municipal ou pela estadual, se fundamentada em inelegibilidade, na forma da Constituição Federal, Lei complementar nº 64, perda ou restrição de direitos políticos e no fato do pretendente não possuir reputação ou conduta política ilibada. § Sétimo - Esgotado o prazo de contestação, a executiva municipal ou a estadual terá o prazo de dez (10) dias para decidir. A falta de decisão importa em deferimento da inscrição. § Oitavo - Da decisão denegatória, que será sempre motivada, caberá recurso, com efeito meramente devolutivo, no prazo de cinco (5) dias, à executiva nacional, salvo quando a decisão for proferida por ela própria, decisão esta de caráter irrecurável. § Nono - Não serão acolhidas refiliações de ex-integrantes que tenham sofrido processo condenatório pelo Tribunal de Ética e Disciplina Partidária. CAPÍTULO II do cancelamento da inscrição art.5º. A inscrição será cancelada nos casos de: -I- morte; -II- solicitação do eleitor; -III- perda dos direitos políticos; -IV- impedimento legal; -V- expulsão. CAPÍTULO III da disciplina e da fidelidade partidária Art.6º. O filiar-se ao PMN, o eleitor: -I- aprova e subordina-se ao manifesto, programa, estatutos, diretrizes e regimentos do Partido, bem como às decisões, deliberações e resoluções de suas instâncias partidárias, subordinação essa que permanece, ainda que eleito parlamentar ou chefe do poder executivo, vice, ou, no exercício de cargo comissionado de agente político; -II- reconhece, expressamente, que todo mandato eletivo e o exercício de cargo comissionado de agente político, de nomeação e demissão "ad nutum", inclusive os cargos criados pelo parlamento para assessorar as bancadas, que vier a exercer, pertencem ao PMN e é exercido em seu nome. -III- reconhece que todos os cargos comissionados, serão preenchidos por filiados do PMN, salvo deliberação em caráter excepcional, de sua executiva nacional. A exceção dos cargos de gabinetes individuais dos parlamentares, a indicação dos nomes será feita pela direção executiva do nível correspondente ao cargo a ser ocupado. -IV- se obriga a exercer com probidade, lisura, decore, transparência e respeito ao dinheiro público, todos os cargos e mandatos para os quais for nomeado ou eleito. -V- reconhece a necessidade de incrementar o crescimento do PMN, participando ativamente das campanhas de seus candidatos e neles votando ou na legenda; -VI- outorga ao PMN o direito/dever de fazer cumprir estes dispositivos, buscando, se necessário, medidas judiciais cabíveis, reconhecendo, ainda, expressamente, que o descumprimento de qualquer dos deveres manifestados neste capítulo, tais como a atitude, manifestação ou voto contrário às normas e deliberações partidárias, caracterizam infidelidade partidária. CAPÍTULO IV dos direitos e obrigações dos filiados Art.7º. São direitos dos filiados: -I- a voz e o voto nas convenções, conselhos e plenárias para os quais esteja habilitado. Nas demais instâncias depende de delegação, conforme dispõem estes estatutos. -II- a ampla defesa nos processos a que for submetido para apuração de infração de deveres partidários. -III- direito de manifestar-se em qualquer reunião, mantido o decore, sem ser interrompido, exceto se concedido apartes, na forma do regimento interno da reunião ou evento. -IV- o direito de resposta em caso de citação pessoal. Art.8º São obrigações dos filiados -I- divulgar, pregar e defender as idéias do PMN e seus símbolos; -II- contribuir para a sua manutenção financeira; -III- respeitar as posições divergentes em qualquer recinto do PMN. Se cometido excesso, o filiados será advertido por qualquer dirigente presente, para que modere sua atitude; qualquer ato de violência, agressão pessoal, moral ou física será imediatamente punido com a suspensão do direito de voto, afastamento do agressor do recinto e encaminhamento dos fatos ao Tribunal de Ética, para apuração e

A CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA/RN, torna público que locou o imóvel localizado na Av. Senador Salgado Filho, nº 1840, Lagoa Nova, Natal/RN, de propriedade do Crea/RN, por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93, no valor mensal de R\$ 1.429,76 (um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos).

A CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA/MT, torna público que locou o imóvel localizado na Av. Rubens de Mendonça, nº 491, Araés, Cuiabá/MT, de propriedade do Crea/MT, por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93, no valor mensal de R\$ 1.187,35 (um mil, cento e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

A CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA/PA, torna público que locou o imóvel localizado na Trav. Doutor Moraes, nº 194, Nazaré, Belém/PA, de propriedade do Crea/PA, por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93, no valor mensal de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).

IVALDO FERREIRA DA SILVA
Superintendente

AVISOS DE REVOGAÇÃO PREGÃO Nº 2/2008

Objeto: A Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, torna público que, em cumprimento aos conceitos contidos na Lei Federal n.º 8.666/93, foi revogado o Pregão em epígrafe, que realizou-se às 10:00 (dez horas) do dia 19/02/2008, na SHC/Norte CL Quadra 409, Bloco "E", n.º 80, Térreo, Brasília/DF, e objetivava a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, EM DATAS A SEREM POSTERIORMENTE DEFINIDAS, PARA EVENTOS REALIZADOS PELA MÚTUA DE ASSISTÊNCIA". Maiores informações poderão ser obtidas no supracitado endereço ou pelos telefones (61) 3348-0294 e 3348-0257, a partir da publicação deste.

MÚTUA-CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2008

Objeto: A Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, torna público que, em cumprimento aos conceitos contidos na Lei Federal n.º 8.666/93, foi revogada a Tomada de Preços em epígrafe, que iria se realizar às 15:00 (quinze horas) do dia 04/03/2008, na Rua Guilherme Alves, n.º 1.010, 2º andar, Paternon, em Porto Alegre/RS, e objetivava a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR AS OBRAS CIVIS DE REFORMA INTERNA E EXTERNA DO EDIFÍCIO DA FUTURA SEDE DA MÚTUA DE ASSISTÊNCIA-RS". Maiores informações poderão ser obtidas no supracitado endereço ou pelos telefones (61) 3348-0294 e 3348-0257, a partir da publicação deste.

Brasília DF, 3 de março de 2008.
JULIANA Mª MANDARINO DE
ALBUQUERQUE
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2008

Objeto: A Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea-RS, torna público que, em cumprimento aos conceitos contidos na Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993, fará realizar às 15:00 (quinze horas) do dia 02/04/2008, na Rua Guilherme Alves, n.º 1.010, 2º andar, Paternon, em Porto Alegre/RS, a Tomada de Preços em epígrafe, objetivando a "contratação de empresa especializada para executar as obras civis de reforma interna e externa do edifício da futura sede da Mútua de Assistência-RS". O Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas no supracitado endereço, pelos telefones (61) 3348-0294 e (61) 3348-0257 ou através do e-mail cpl@mutua.com.br, a partir da publicação deste.

Brasília DF, 3 de março de 2008
JULIANA MARIA MANDARINO DE
ALBUQUERQUE
Presidente da Comissão Especial de Licitação

aplicação das penalidades cabíveis. CAPÍTULO V das medidas disciplinares Seção I - da competência Art. 9º - A apuração dos fatos, julgamento e punição de acusado por indisciplina e/ou infidelidade partidária, compete: -I- aos dirigentes partidários, no grau e âmbito de suas atribuições, nas hipóteses previstas nestes estatutos, exceto se da competência privativa do Tribunal de Ética; -II- ao Tribunal de Ética: a)- originariamente, às suas câmaras, nas hipóteses dos arts. 14 a 19 e 21 a 23, provocado por qualquer filiado ou dirigente partidário, ou mediante procedimento ex-offício do próprio Tribunal; b)- em grau de recurso, ao tribunal pleno; -III- em grau de recurso à Convenção Nacional, quando as decisões do Tribunal de Ética não forem unânimes. § Primeiro - Observar-se-á na aplicação de quaisquer medidas disciplinares, o disposto nestes estatutos e os procedimentos estatuídos no Código de Ética. § Segundo - As decisões transitadas em julgado, constituem título hábil para cobrança dos valores decorrentes de penas pecuniárias aplicadas. Seção II - das penalidades Art.10º - São medidas disciplinares, aplicadas isolada ou cumulativamente, segundo a gravidade do ato e a critério do Tribunal de Ética, ou pelas direções partidárias, no âmbito de sua competência; a).advertência verbal ou escrita; b).expulsão de recinto; c).suspensão do direito de voto; d).suspensão das atividades partidárias, de três a doze meses; e).destituição de função em órgãos partidários f).destituição de cargo comissionado; g).desligamento temporário da bancada com substituição pelo suplente do PMN; h).perda de prerrogativas, inclusive cargo de liderança; i).perda de cargos e funções exercidos em decorrência de representação e proporção partidária; j) multa; l).indenização; m).perda de mandato; e n).expulsão, com cancelamento de filiação. Seção III - do enquadramento Art.11 - Aplica-se a pena de advertência verbal ou escrita, ao infrator primário do disposto no artº 6º, V e artº 8º, I, II e III. Art.12 - Aplica-se a pena de expulsão de recinto, ao infrator reincidente do disposto no artº 8º, III. Art.13 - Aplica-se a pena de suspensão do direito de voto ao infrator primário do disposto no artº 6º, I, II, III e IV, e ao reincidente no artº 8º, I, II e III. Art.14 - Aplica-se a pena de suspensão das atividades partidárias, ao infrator primário do disposto no artº 6º, I, II, III e IV, reincidente no artº 6º, V, e ao reincidente reiterado no artº 8º, I, II e III. Art.15 - Aplica-se a pena de destituição de função eletiva em órgãos partidários ao infrator primário do disposto no artº 6º, I, II e III, ao reincidente, no artº 6º, V, e ao reincidente reiterado no artº 8º, I, II e III. Art.16 - Aplica-se a pena de destituição de cargo comissionado ao infrator primário do disposto no artº 6º, I, II e III, ao reincidente, no artº 6º, V, e ao reincidente reiterado no artº 8º, I, II e III. Art.17 - Aplica-se a pena de desligamento temporário da bancada ao infrator primário do disposto no artº 6º, I, II e III, ao reincidente, no artº 6º, V, e ao reincidente reiterado, no artº 8º, I, II e III. Art.18 - Aplica-se a pena de perda de prerrogativas, inclusive cargo de liderança, ao infrator primário do disposto no artº 6º, I, II e III, ao reincidente, no artº 6º, V, e ao reincidente reiterado no artº 8º, I, II e III. Art.19 - Aplica-se a pena de perda de cargos e funções exercidos em decorrência de representação e proporção partidária, ao infrator primário do disposto no artº 6º, I, II, III e IV, ao reincidente, no artº 6º, V, e ao reincidente reiterado, no artº 8º, I, II e III. Art.20 - Aplica-se a pena de multa de 10%, ao infrator reincidente do disposto no artº 8º, II. Art.21 - Aplica-se a pena de indenização ao filiado no curso de mandato majoritário executivo ou mandato parlamentar, na hipótese de desligamento do PMN, voluntário ou disciplinar, em valor equivalente a remuneração total auferida nos últimos doze meses. Art.22 - Aplica-se a pena de perda de mandato, ao infrator primário do disposto no artº 6º, IV e VI, ao reincidente no artº 6º, I, II, III e IV, e ao reincidente reiterado no artº 6º, V, e no artº 8º, I, II e III, bem como, ao filiado no curso de mandato parlamentar, no caso de desligamento voluntário ou disciplinar. Nesta hipótese, assumirá o suplente do PMN, na ordem de classificação. Art.23 - Aplica-se a pena de expulsão, com cancelamento de filiação, ao infrator primário do disposto no artº 6º, IV e VI, ao reincidente no artº 6º, II, III e IV, e ao reincidente reiterado no artº 6º, V, e no artº 8º, I, II e III. TÍTULO III - da estrutura partidária Capítulo I do funcionamento Seção I - dos órgãos partidários Art. 24 - São órgãos do PMN: -I- de deliberação: - as convenções, as plenárias e o Tribunal de Ética. -II- de direção e ação: - o diretório nacional, as executivas nacional, estaduais e municipais e as comissões provisórias municipais; -III- de assessoramento: - as coordenações nacionais e regionais, os conselhos políticos nacional e regionais, o conselho fiscal, os departamentos que vierem a ser instalados pela executiva nacional e a Fundação Juscelino Kubitschek; -IV- de ação parlamentar: - as bancadas no Senado, na Câmara Federal, nas Assembléias Legislativas e Distritais e nas Câmaras Municipais; -V- de cooperação: - os núcleos de base. Seção II - das convocações Art.25 - Ressalvadas as disposições específicas, a convocação de Convenções, Plenárias e Diretório nacional, far-se-á por edital publicado na imprensa oficial, com antecedência de 8 dias, contendo indicação do lugar, dia e hora da reunião, matéria incluída na pauta e objeto da deliberação, além de fixação do edital, no mesmo prazo, nas respectivas secretarias municipais, na estadual e na nacional, conforme o caso: na esfera nacional - pela Executiva nacional ou por 1/3 do Diretório nacional; na esfera estadual - pelas Executivas Nacional ou Estadual; na esfera municipal - pelas Executivas Estadual ou Municipal. Art.26 - A convocação de membros de Executivas, do Tribunal de Ética e do Conselho fiscal, far-se-á por notificação pessoal, fax, telegrama ou qualquer outro meio de comunicação usual, com antecedência de 8 dias, contendo indicação do lugar, dia e hora da reunião, matéria incluída na pauta e objeto da deliberação, além de fixação do edital, no mesmo prazo, nas respectivas secretarias municipais, na estadual e na nacional, conforme o caso: na esfera nacional - pelo Presidente Nacional, pelo Secretário Geral ou por 1/3 dos Membros da Executiva nacional; na esfera estadual - pela Executiva nacional, por Coordenadores Nacionais no cumprimento das tarefas que lhes forem cometidas, pelo Presidente, pelo Secretário ou por 1/3 dos Membros da Executiva estadual; na esfera municipal - pelas Executivas Estadual ou Municipal. § Único - Em caráter ex-